

Só nos faltava pagar indenizações...

O presidente da recém-criada Indústrias Nucleares do Brasil (INB), John Forman, está viajando para a República Federal da Alemanha a fim de negociar o término da participação das empresas alemãs no programa nacional de enriquecimento de urânio, em razão da extinção das subsidiárias da Nuclebrás. O Brasil não pretende indenizar ninguém, devendo todavia assumir os prejuízos decorrentes de pesquisas que a nadia levaram. Assim, todos saem perdendo, devendo-se, porém, notar que os brasileiros sabiam dos riscos a correr. Foram mesmo alertados pelos técnicos da RFA, o que não impediu que o governo de Brasília desse sequência ao projeto, no qual os próprios alemães não acreditavam. Só faltava, agora, que o governo brasileiro tivesse de arcar com multas e indenizações...

No fundo, tem-se a impressão de que as firmas alemãs envolvidas nas pesquisas acabarão por dividir com o Brasil os prejuízos, mesmo porque não se vislumbra outra saída. Além disso, o que interessa à RFA — não a algumas empresas específicas — não é continuar lutando por um projeto natimorto, mas assegurar o recebimento de pagamentos do Brasil pelo fornecimento de maquinaria destinada às usinas Angra II e Angra III. Neste caso, o Planalto está atendendo plenamente à pretensão dos industriais alemães: as duas usinas serão construídas!

Chega-se, assim, ao seguinte resultado: o Brasil vai arcar com os prejuízos do projeto de enriquecimento, existindo ainda a possibilidade de — à falta de atenção das autoridades — as três firmas alemãs que partici-

pam das pesquisas acabarem exigindo indenizações ou, quem sabe, a assinatura de qualquer outro acordo capaz de nos amarrar por mais algum tempo... Nesse malsinado plano atômico, foi o Brasil tão dócil e cordato a ponto de comprar usinas e contratar técnicos a preços absurdos e de dar prosseguimento a um programa que deveria ter sido abandonado. Com o que continua a ser atraente aos nossos "parceiros", obviamente interessados em obter algo a mais...

Neste momento em que envia um representante a Bonn para negociar a questão relativa ao enriquecimento de urânio e outras pesquisas correlatas, deveria o governo brasileiro propor o fim de todo o acordo. Pagariam o que devesse ser pago, lutando, evidentemente, pelo custo menor, uma vez que

não se pode renegar um acordo soberano firmado por um presidente da República, pelo seu ministro das Minas e Energia e devidamente homologado pelo Congresso. Poder-se-ia, isto sim, tentar outros caminhos mais proveitosos ao desenvolvimento nacional, até mesmo no campo energético.

Sabe-se que as firmas fornecedoras alemãs têm muitos interesses no Brasil, participam intensamente dos programas energéticos, sendo também tradicionais parceiras do País em outras operações comerciais, pelo que não lhes interessaria criar uma situação de conflito. Cumpriria portanto ao Brasil saber negociar, a partir de uma posição firme, na qual não haveria espaço para novas usinas nucleares. O problema, na verdade, não está na República Federal da Alemanha; está aqui...